



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Há dias, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) divulgou o Relatório de investigação sobre o recrutamento de trabalhadores em regime de aquisição de serviços por parte do Instituto Cultural, revelando que este recorreu à aquisição de serviços para contornar a legislação relativa à abertura de concurso para o recrutamento de um grupo de trabalhadores, que tem de prestar serviço de acordo com o horário de trabalho definido, obedecer a ordens superiores, e exercer as funções que lhe são atribuídas, recebendo a correspondente remuneração, e que ao nível do conteúdo e forma de trabalho, devem ser prestadores de serviço através de uma relação laboral, o que viola o regime jurídico da Função Pública. Para além disso, esta forma de recrutamento não é uma excepção, visto que a maioria das suas subunidades recorreram igualmente ao mesmo modelo para recrutar muitos trabalhadores, e os procedimentos para o efeito encontram-se disponíveis na intranet do Instituto. Bem se prova que tal prática já é uma forma generalizada e sistemática.

A variedade de formas de provimento e o abuso dos contratos de tarefa têm feito com que os trabalhadores contratados em diferentes regimes exerçam o mesmo tipo de trabalho mas auferam salário diferente. O referido regime de contratação peca também pela falta de transparência e de rigor, o que resulta em irregularidades, nomeadamente, nepotismo, portanto, a sociedade tem pedido ao Governo para corrigir a situação.

Nos últimos anos, o Governo tem aperfeiçoado as respectivas disposições



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

legais e criado leis sobre os concursos, recrutamento centralizado e gestão uniformizada, no sentido de responder às reivindicações da sociedade quanto à criação de um regime justo, transparente e eficiente para o recrutamento de funcionários públicos. A par disso, foi estabelecido o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos, para regulamentar todas as formas de provimento e uniformizar, progressivamente, os direitos e deveres dos trabalhadores do quadro e contratados. No entanto, o IC recorreu, intencionalmente, à aquisição de serviços para contornar a legislação relativa à abertura de concurso e ao recrutamento centralizado, comportamento este que prejudica o bom rigor e a imparcialidade da lei, constituindo uma grande injustiça para os residentes que pretendem trabalhar na função pública, e que — ainda leva a que o Governo enfrente riscos administrativos, financeiros e jurídicos, tal como refere o relatório do CCAC, portanto, o Governo tem de investigar o caso, de modo a erradicar este tipo de situações.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. As autoridades já se inteiraram do que se está a passar nos diversos serviços públicos ao nível do recrutamento de trabalhadores em regime de aquisição de serviços? De que medidas dispõem para proceder à respectiva fiscalização?
2. O relatório do CCAC revela que o IC recorreu à aquisição de serviços para contornar a legislação relativa à abertura de concurso para o recrutamento de trabalhadores cujas funções, ao nível do conteúdo e forma, são iguais às dos funcionários recrutados de acordo com os procedimentos normais, o que viola, de forma evidente, o regime jurídico em vigor. Esta forma de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

recrutamento não é uma excepção e tem sido adoptada de forma generalizada e sistemática pela maioria das subunidades do Instituto em causa, sendo, por isso, uma situação muito grave. Como é que as autoridades vão investigar o caso? Algum governante vai ter de assumir responsabilidades?

3. No que respeita ao recrutamento de funcionários públicos, evitar o clientelismo e o nepotismo é um princípio muito importante para a contratação dos melhores e para o estabelecimento de um regime uniformizado e aberto. Qualquer desvio da lei prejudica o bom rigor e a imparcialidade, portanto, não é tolerado. Será que as referidas irregularidades também acontecem noutros serviços públicos? Como é que as autoridades vão erradicá-las?

14 de Março de 2017

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Lei Cheng I**